



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO -  
UEMASUL  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS, TECNOLÓGICAS E LETRAS –  
CAMPUS AÇAILÂNDIA  
CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

**ALISON RAMON PEREIRA DOS SANTOS**

**CONTABILIDADE PÚBLICA: ANÁLISE DE BALANÇOS PATRIMONIAIS COM O  
AUXÍLIO DE INDICADORES FINANCEIROS**

Açailândia

2025

**ALISON RAMON PEREIRA DOS SANTOS**

**CONTABILIDADE PÚBLICA: GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS ATRAVÉS DE  
INDICADORES FINANCEIROS**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Curso de Bacharelado em Administração, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (Uemasul) / Campus Açailândia, para a elaboração de artigo para conclusão do curso.

Orientador(a): Solange Borges Alves Pessoa

Açailândia

2025

S237c

Santos, Alison Ramon Pereira dos

Contabilidade pública: análise de balanços patrimoniais como auxílio de indicadores financeiros / Alison Ramon Pereira dos Santos. – Açailândia: UEMASUL, 2024.

23 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Bacharel em Administração) – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Açailândia, MA, 2024.

Orientadora: Profa. Esp. Solange Borges Alves Pessoa.

1. Câmara municipal. 2. Indicadores financeiros. 3. Balanço patrimonial. I.Título.

CDU 657.372(812.1)

**ALISON RAMON PEREIRA DOS SANTOS**


**CONTABILIDADE PÚBLICA: ANÁLISE DE BALANÇOS PATRIMONIAIS COM O  
AUXÍLIO DE INDICADORES FINANCEIROS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de administração bacharelado, do Centro de Ciências Humanas, Sociais, Tecnológicas e Letras (CCHSTL), da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), *Campus Açailândia* como pré-requisito para obtenção do grau de bacharelado em administração.

**Orientadora:** Profa. Esp. Solange Borges Alves Pessoa

Aprovado em: 29/01/2025

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 SOLANGE BORGES ALVES PESSOA  
Data: 05/02/2025 16:49:57-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Profa. Esp. Solange Borges Alves Pessoa**

---

**Profa. Esp. Diniorley Silva**

---

**Profa. Esp. Layza Sameline Lima**

## RESUMO

Este artigo buscou observar os dados dos balanços patrimoniais da Câmara Municipal de Açailândia-MA entre os anos de 2020 e 2023, aplicando indicadores financeiros de liquidez, solvência e endividamento com o objetivo de avaliar a situação financeira na qual o órgão público se encontrava. A pesquisa feita de caráter documental e quantitativa, utilizou os dados disponibilizados no Portal da Transparência, que revelou desafios expressivos no curto prazo demonstrados nos resultados dos índices de liquidez corrente, imediata e seca. Entretanto, obtiveram-se resultados positivos quando aplicados os índices de longo prazo, como os de liquidez geral e de solvência, bem como uma redução do percentual de endividamento. Também foi observada a ausência de grande parte dos dados referentes ao ano de 2023, que tornou inviável uma análise precisa, ou mesmo a aplicação dos índices nesse ano. Esse fato sugere uma falta de consistência na transparência das divulgações de informações públicas. Os resultados obtidos ressaltam a importância do acompanhamento de informações de aspecto financeiro por parte da população e da relevância da utilização de indicadores financeiros também por parte da sociedade para contribuir para um melhor entendimento dos dados disponibilizados nos balanços patrimoniais.

**Palavras-chave:** Câmara Municipal; indicadores financeiros, balanço patrimonial.

## ABSTRACT

This article sought to analyze the balance sheet data of the Municipal Chamber of Açailândia-MA between 2020 and 2023, applying financial indicators of liquidity, solvency, and indebtedness with the aim of assessing the financial situation of the public body. The documentary and quantitative research used data made available on the Transparency Portal, which revealed significant challenges in the short term demonstrated in the results of the current, immediate, and dry liquidity indexes. However, positive results were obtained when applying long-term indexes, such as general liquidity and solvency, as well as a reduction in the percentage of indebtedness. It was also observed that most of the data for the year 2023 was missing, which made an accurate analysis or even the application of the indexes in that year unfeasible. This fact suggests a lack of consistency in the transparency of public information disclosures. The results obtained highlight the importance of monitoring financial information by the population and the relevance of the use of financial indicators also by society to contribute to a better understanding of the data made available in balance sheets.

**Keywords:** City Council; financial indicators, balance sheet.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Índice de liquidez corrente .....	09
Figura 2: Índice de liquidez imediata.....	09
Figura 3: Índice de liquidez seca .....	10
Figura 4: Índice de liquidez geral .....	10
Figura 5: Fórmula para cálculo de solvência geral.....	11
Figura 6: Fórmula para cálculo de endividamento geral. ....	11
Figura 7: Roteiro para coleta de informações.....	12
Tabela 1: Balanço Patrimonial 2020. ....	14
Tabela 2: Balanço Patrimonial 2021. ....	15
Tabela 3: Balanço Patrimonial 2022.....	16
Tabela 4: Balanço Patrimonial 2023. ....	17
Quadro 1: Cálculos dos índices. ....	18

**Quantidade de páginas do artigo:** 23 páginas

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>7</b>
2.1 Contabilidade Pública e a sociedade .....	7
2.2 Indicadores Financeiros .....	8
2.2.1 Índices de liquidez .....	9
2.2.2 Índices de solvência.....	10
2.2.3 Índices de endividamento .....	11
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>12</b>
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>13</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>20</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>22</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Conforme Lascoski (2023) a contabilidade pública é o segmento da contabilidade que deduz, contabiliza, e verifica os valores que podem ser mensurados em moeda e que afetam diretamente o orçamento, as finanças e o patrimônio das entidades e órgãos do setor público. Isso a delimita como um setor específico da contabilidade a qual é direcionada para apenas o que pode afetar o patrimônio público, apesar de estar inserida no que se nomeia como contabilidade geral.

Segundo Moraes (2021) em uma época e cenário em que a responsabilidade fiscal é cada vez mais observada e cobrada pela sociedade, à contabilidade pública se mantém como ferramenta indispensável para assegurar que os recursos sejam utilizados não só de maneira eficaz, como também eficiente. Entretanto, para que haja uma cobrança consciente do desempenho financeiro de um órgão do município, é necessário que exista conhecimento da posição financeira em que a repartição se encontra, conforme Lima (2024), para que assim seja possível compreender se os recursos disponibilizados ao órgão estão sendo alocados de maneira idônea.

Visando a compreensão do desempenho financeiro de um órgão do município, é possível se utilizar de indicadores financeiros, que são ferramentas analíticas voltadas para a avaliação da saúde financeira de uma entidade. Segundo Silva e Oliveira (2023), esses indicadores foram criados devido à necessidade de monitorar de forma eficaz as alocações de recursos, o que permitiu não só aos gestores como também a população uma visão clara e simplificada sobre a sustentabilidade financeira de um órgão público.

Partindo desse contexto, foi observado que, a Câmara municipal de Açailândia, embora seja o órgão legislador e fiscalizador do município de Açailândia-MA, o que evidencia a sua relevância para a sociedade, não possuía no meio literário, análises que abordassem a sua saúde financeira. Por isso, este trabalho buscou resolver a seguinte problemática: Como os indicadores financeiros de liquidez, solvência e endividamento auxiliam em uma avaliação de desempenho quando analisado o balanço patrimonial entre os anos de 2020 a 2023 da Câmara Municipal de Açailândia?

Buscando responder a problemática acima o artigo teve como objetivo principal analisar o balanço patrimonial da câmara municipal de Açailândia entre os anos de 2020 a 2023 utilizando-se dos índices de liquidez, solvência e endividamento. Partindo desse objetivo geral e em busca de afunilar ainda mais a pesquisa, o trabalho contou com os seguintes objetivos específicos: Avaliar o desempenho financeiro em honrar suas dívidas com terceiros no curto

prazo; verificar através dos indicadores de solvência a capacidade da Câmara Municipal de liquidar com suas dívidas em longo prazo; analisar o nível de endividamento da Câmara Municipal entre os anos de 2020 e 2023.

Portanto, a proposta desse estudo foi de preencher uma lacuna identificada pela falta de materiais acadêmicos que se dirigiam a área de contabilidade pública da Câmara Municipal da cidade de Açailândia, quando relacionada ao uso de indicadores financeiros. Pois, muito embora, existam dados disponibilizados no portal da transparência, não há identificação da interpretação dos mesmos com o objetivo de promover uma visão mais clara e simplificada que tornem esses dados compreensíveis à população em geral. A análise de indicadores, como os de endividamento e liquidez, permitirão um melhor entendimento sobre a capacidade do órgão público de honrar com seus compromissos e garantir uma gestão responsável dos recursos públicos.

Esse estudo está estruturado em outras cinco seções, posteriores a esta introdução. A próxima seção é composta pelo referencial teórico, seguido pela metodologia e análise e discussões de resultados. Por fim as seções serão finalizadas pela conclusão, seguida das referências utilizadas.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Contabilidade Pública e a sociedade**

A Contabilidade Pública se trata de um campo da ciência contábil onde são aplicadas informações relacionadas aos princípios fundamentais da própria contabilidade, alinhada as normas contábeis de controle do patrimônio do setor público. Sendo observado que nessa área, se reúne, registra e verifica as possíveis alterações e ocorrências que envolvem diretamente o patrimônio público e a execução do orçamento, conforme citado por Liparini e Baldissera (2019).

Segundo Dalfovo e Maçaneiro (2008) contextualizam historicamente, existia uma grande dificuldade em manter um equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas no Brasil. Dificuldade essa advinda da relação de colônia e nobreza que se seguia após o descobrimento do Brasil. Entretanto, com a chegada da família real ao país, houve uma evolução econômica, que ocasionou também em um aumento significativo nas despesas, de maneira que exigiu um melhor controle das contas públicas, necessitando assim da contribuição de iniciativas contábeis.

Segundo Leão (2021), as organizações públicas não tem como finalidade a obtenção de lucro, entretanto, possuem direitos e obrigações, além de participar ativamente de atividades em que fomentam a economia, construindo e produzindo, percorrendo assim, diversas operações contábeis, que se fazem necessárias para elencar seus bens, direitos, deveres e entre outros. Através disso se torna possível que as entidades da esfera pública tenham registro e controle contábil, permitindo que os gestores acompanhem o patrimônio e possam avaliar se os objetivos da organização estão realmente sendo atingidos, permitindo também que a sociedade tenha a possibilidade de constatar se os recursos públicos estão sendo destinados as suas respectivas aplicações.

Isso demonstra a relevância do papel desempenhado pela contabilidade pública para com a sociedade, como explicita Ferreira (2020), que ao garantir a transparência das informações acerca da administração dos recursos públicos, é promovida a confiança da população nas instituições, bem como se permite a fiscalização por parte dos cidadãos quanto à aplicação dos recursos. Além disso, a divulgação de informações contábeis promove a inclusão social ao permitir que a sociedade possa exercer seu papel de fiscalização.

Quando se tratando das Câmaras Municipais, a contabilidade pública evidencia a sua importância, pois segundo Moraes (2021), as responsabilidades das Câmaras Municipais não estão apenas relacionadas a fiscalização do Poder Executivo, mas também da gestão de seus próprios recursos, o que evidencia a necessidade da utilização de práticas contábeis que permitam não só a identificação dos pontos de melhoria, como também da verificação da legitimidade entre a compatibilidade de receitas e despesas.

## **2.2 Indicadores Financeiros**

Conforme Martins, Miranda e Diniz (2018) os indicadores financeiros são as relações entre contas de demonstrações contábeis usadas por analistas para averiguar a situação econômico-financeira de um órgão ou organização. Os mesmos são averiguados por meio de cálculos feitos em busca de resultados que auxiliem em um processo de decisão e compreensão verdadeiras da situação da entidade em seus aspectos patrimoniais, rentabilidade, financeiro e outros.

De acordo com Cruz e Ávila (2021), os indicadores financeiros têm como objetivo, de modo geral, evidenciar a situação financeira e patrimonial de uma empresa, no que se refere à liquidez e ao giro dos ativos, bem como o grau de endividamento, alavancagem de capital e as taxas de margem e retorno. Para isso, existem dados que são essenciais para a construção dos indicadores, bem como para análise de fluxo de caixa de uma empresa, dados

esses que são obtidos através da Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) e no Balanço Patrimonial.

É observado que existem diversos índices econômico-financeiros para se analisar, entretanto, os índices aqui descritos serão os utilizados para análise do presente artigo:

### 2.2.1 Índices de liquidez

Conforme Sales Junior (2022) os índices de liquidez averiguam qual a capacidade que uma entidade possui de cumprir com as suas obrigações de pagamento, como: fornecedores e funcionários. E o grau de liquidez de uma entidade deve ser determinado pela existência ou ausência de consistência financeira.

Seguindo essa linha de pensamento, segundo Marzzoni, Silva e Pereira (2020) existem quatro índices capazes de verificar a possibilidade de uma organização de cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo, sendo eles: liquidez corrente, liquidez imediata, liquidez seca e liquidez geral.

Segundo Sales Junior (2022), o índice de liquidez corrente evidencia quanto um órgão possui em dinheiro, adicionando bens e direitos com recebimento no curto prazo, onde serão comparados com as suas obrigações no mesmo período. Sendo descritos na formula abaixo.

Figura 1: Índice de liquidez corrente

$$\text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante} = \text{Liquidez Corrente}$$

Fonte: Sales Junior (2022) – Adaptado pelo autor

Ao obter o resultado será possível mensurar quanto haverá de ativo para cada real de passivo circulante. De maneira que quando o resultado obtido for maior que R\$ 1,00 (Um real), demonstrará que existe capital para uma liquidação de obrigações, com margem de lucro; quando igual a um, apresenta um empate nas obrigações, sem lucro ou perda; e quando inferior a um, evidencia que a empresa não teria capital disponível para arcar com suas obrigações, conforme Sales Junior (2022).

Quando tratando do índice de liquidez imediata, Marzzoni, Silva e Pereira (2020) descrevem que o mesmo é responsável por averiguar a porcentagem de quanto a organização pode liquidar suas dívidas em um prazo extremamente curto, onde o passivo circulante será dividido pelos valores de caixa e seus equivalentes.

Figura 2: Índice de liquidez imediata

$$\text{Caixa e equiv. de caixa} / \text{Passivo Circulante} = \text{Liquidez Imediata}$$

Fonte: Sales Junior (2022) – Adaptado pelo autor

Este índice é descrito por Marzzoni, Silva e Pereira (2020) como conservador por não levar em consideração contas que não foram transformadas em capital, observando a capacidade da organização de saldar seus débitos caso ocorra um imprevisto financeiro.

Sales Junior (2022) fala do índice de liquidez seca como um destaque entre os demais, por ser bem utilizado por instituições financeiras. Se destacando por desconsiderar os estoques do cálculo onde o considera como uma possível fonte de incerteza.

Figura 3: Índice de liquidez seca

$$\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} / \text{Passivo Circulante} = \text{Liquidez Seca}$$

Fonte: Sales Junior (2022) – Adaptado pelo autor

Por excluir o estoque do cálculo, o índice de liquidez seca pode apresentar um resultado satisfatório mesmo quando o resultado do cálculo é menor que um, a depender do ramo de atuação da empresa ou órgão, conforme explicitado por Sales Junior (2022).

O último índice a ser exemplificado dos quatro é o índice de liquidez geral, ele é usado como indicador de segurança no quesito financeiro da entidade, onde demonstra sua capacidade de pagamento de todos os seus compromissos.

Figura 4: Índice de liquidez geral

$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} = \text{Liquidez Geral}$$

Fonte: Sales Junior (2022) – Adaptado pelo autor

O índice de liquidez geral irá levar em consideração todas as previsões de arrecadação, sejam elas de curto ou longo prazo, considerando todos os ativos que a organização conseguir transformar em dinheiro para fazer frente a todos os compromissos que a mesma possui, sendo eles também de curto ou longo prazo, conforme cita Sales Junior (2022).

### 2.2.2 Índices de solvência

De acordo com Anjos (2020) a solvência refere-se diretamente ao equilíbrio orçamentário, o que seria, segundo a autora, a capacidade de um órgão de gerar receita suficiente de maneira que atenda as suas despesas sem gerar déficits, sem utilizar as suas reservas financeiras e não comprometendo sua liquidez.

Conforme Silva (2021) o valor da dívida pública não deveria ser maior que os valores presentes dos superávits primários estimados, pois em um caso como esse, ocasionaria um desequilíbrio fiscal. Essa prática se deu através de uma orientação do Fundo Monetário Nacional, objetivando passar a imagem de que o país possuiria capacidade de lidar com as suas dívidas e juros.

Figura 5: Fórmula para cálculo de solvência geral

$$\text{Ativo total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}) = \text{Solvência Geral}$$

Fonte: Sales Junior (2022) – Adaptado pelo autor

O cálculo indicaria o grau garantia que a empresa possui em ativos para honrar suas dívidas.

### 2.2.3 Índices de endividamento

Segundo Da Silva Santana (2019) o endividamento de um órgão, indica que existe um montante de recursos de terceiros que está sendo utilizado pelo mesmo, e que teria ultrapassado a arrecadação do ente público. Isso gera grande preocupação com o grau de endividamento e com a capacidade que o órgão possui de cumprir com suas obrigações.

Esses índices, conforme o mesmo autor são formados por: endividamento geral, índice de composição do endividamento, índice de imobilização do patrimônio líquido e índice de imobilização de recursos não correntes. Entretanto, apenas o índice de endividamento geral será abordado no artigo.

Figura 6: Fórmula para cálculo de endividamento geral

$$(\text{Capital de Terceiros} / \text{Ativos totais}) \times 100 = \text{Endividamento Geral}$$

Fonte: Sales Junior (2022) – Adaptado pelo autor

Conforme Assaf Neto (2015) esse índice evidenciaria o nível de endividamento da organização, o que revelaria o nível da sua dependência com relação as suas exigibilidades totais.

Ao utilizar esse indicador, será demonstrado o percentual que o órgão teria comprometido em relação as suas obrigações totais, trazendo a conclusão, segundo a visão de Sales Junior (2022) de que quanto menor este indicador for, melhor seria para a organização.

### 3. METODOLOGIA

Segundo Sales Junior (2022), um método consiste no uso de um conjunto de processos de maneira que vise atingir um resultado pré-estabelecido, sendo possível a sua utilização em qualquer campo de conhecimento.

Definiu-se que o tema seria do campo da contabilidade pública, onde foram pesquisados materiais relacionados à área. Fora observada uma lacuna referente a estudos que focassem em análises de desempenho de órgãos públicos com auxílio de indicadores financeiros.

Foi determinado que a análise de desempenho fosse a um órgão do município de Açailândia-MA. O município escolhido é o oitavo mais populoso do estado, com um total de 106.550 habitantes segundo estimativa do IBGE em 2022. Por sua vez, o município é um grande polo da agropecuária e do setor industrial, tendo como principal atividade econômica a exportação de ferro gusa gerado por indústrias siderúrgicas estabelecidas no município, além de conter o maior rebanho bovino do estado (IPSEMA,2021).

Ao delimitar o campo de pesquisa e o município, optou-se por analisar os balanços patrimoniais da Câmara Municipal de Açailândia dos anos de 2020 a 2023. O período foi definido visando à análise dos dados mais próximos ao ano em que o presente estudo fosse elaborado.

Buscando afunilar a pesquisa ainda mais, foram definidos objetivos específicos que estivessem em concordância com o objetivo geral e que pudessem evidenciar o uso dos indicadores financeiros.

Na operacionalização da pesquisa, foi adotada a pesquisa documental, que se deu através da obtenção dos arquivos de balanços patrimoniais no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Açailândia para ter acesso aos dados que serão necessários para uma análise. Ao buscar acessar as informações, deve-se seguir o roteiro descrito na figura 7, que vem a seguir:

Figura 7: Roteiro para coleta de informações



Fonte: Elaborada pelo autor (2024)

Acessando esse endereço eletrônico, foi feito o download dos documentos de prestação de contas denominados “Balanço Anual”, referente aos anos escolhidos para a elaboração deste artigo, ou seja, do ano de 2020 a 2023.

Após arquivar os balanços anuais dos anos aqui descritos, foram extraídas as informações delimitadas na seção de “Balanço Patrimonial” das demonstrações contábeis. Isso permitiu que fosse mantido o foco nas informações necessárias para a análise da referida seção destas demonstrações contábeis.

Também foi utilizado no artigo o método quantitativo de pesquisa com a corrente metodológica descritiva, pois foi feita a quantificação dos dados para a sua interpretação, através dos indicadores financeiros que foram definidos no objetivo e a descrição do desempenho financeiro da Câmara Municipal de Açailândia.

Após a definição dos dados que seriam utilizados, deu-se prosseguimento no artigo através da inserção dos dados obtidos nos cálculos necessários para a obtenção dos indicadores financeiros que foram expostos a seguir.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os resultados obtidos através da análise dos balanços patrimoniais da Câmara Municipal de Açailândia utilizando os índices de liquidez, solvência e endividamento referente aos anos de 2020 a 2023 evidenciaram uma importante interpretação da saúde financeira do município, permitindo a compreensão sobre a capacidade do órgão em cumprir as suas obrigações de curto e longo prazo, corroborando assim com os objetivos desse estudo.

Esses resultados foram agrupados por ano, buscando evidenciar as análises e resultados da maneira mais simples para assimilação de cada ponto. Também foram ordenados de acordo com o segmento do artigo, buscando uma estruturação coesa e de fácil identificação. Sendo assim, as análises se iniciam com o índice de liquidez corrente, seguido dos índices de liquidez imediata; liquidez seca; liquidez geral; solvência geral e endividamento geral.

Tabela 1: Balanço Patrimonial 2020

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>258.396,37</b>	<b>313.480,82</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>759,65</b>	<b>55.844,07</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL</b>		<b>759,65</b>	<b>55.844,07</b>
CONTA ÚNICA	F	214,10	250,88
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F	545,55	55.593,19
<b>DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO</b>		<b>257.636,72</b>	<b>257.636,75</b>
<b>ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS</b>		<b>262.311,01</b>	<b>262.311,01</b>
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	F	90.043,19	90.043,19
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	P	172.267,82	172.267,82
<b>OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO</b>		<b>-4.674,29</b>	<b>-4.674,26</b>
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	F	-5.092,68	-5.092,65
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMILIA PAGO	F	418,39	418,39
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.350.424,61</b>	<b>1.186.167,26</b>
<b>IMOBILIZADO</b>		<b>2.350.424,61</b>	<b>1.186.167,26</b>
<b>BENS MOVEIS</b>		<b>1.024.040,38</b>	<b>685.129,98</b>
BENS DE INFORMÁTICA	P	301.589,44	291.683,44
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	364.164,40	35.160,00
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	288.173,94	288.173,94
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	13.730,60	13.730,60
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	56.382,00	56.382,00
<b>BENS IMÓVEIS</b>		<b>1.326.384,23</b>	<b>501.037,28</b>
INSTALAÇÕES	P	27.122,00	27.122,00
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	1.247.384,23	447.715,28
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	51.878,00	26.200,00
<b>TOTAL</b>		<b>2.608.820,98</b>	<b>1.499.648,08</b>
PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.145.314,04</b>	<b>449.616,53</b>
<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO</b>		<b>0,00</b>	<b>2,10</b>
<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ</b>		<b>0,00</b>	<b>2,10</b>
FORNECEDORES NACIONAIS	F	0,00	2,10
<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO</b>		<b>1.145.314,04</b>	<b>449.614,43</b>
<b>VALORES RESTITUÍVEIS</b>		<b>1.145.314,04</b>	<b>449.614,43</b>
CONSIGNAÇÕES	F	1.115.515,53	424.935,76
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	F	18.403,46	18.011,62
CONSIGNAÇÕES	F	11.395,05	6.667,05
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>1.145.314,04</b>	<b>449.616,53</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.463.506,94</b>	<b>1.050.031,55</b>
<b>RESULTADOS ACUMULADOS</b>		<b>1.463.506,94</b>	<b>1.050.031,55</b>
<b>SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS</b>		<b>1.463.506,94</b>	<b>1.050.031,55</b>
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	413.475,39	-14.460,44
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	1.050.031,55	1.062.029,84
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	0,00	2.462,15
<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.463.506,94</b>	<b>1.050.031,55</b>
<b>TOTAL</b>		<b>2.608.820,98</b>	<b>1.499.648,08</b>

Fonte: Portal da Transparência da Câmara Municipal de Açailândia (2024)

Tabela 2: Balanço Patrimonial 2021

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>259.034,32</b>	<b>258.396,37</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>329,80</b>	<b>759,65</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL</b>		<b>329,80</b>	<b>759,65</b>
CONTA ÚNICA	F	329,80	214,10
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F	0,00	545,55
<b>DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO</b>		<b>257.736,72</b>	<b>257.636,72</b>
<b>ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS</b>		<b>262.311,01</b>	<b>262.311,01</b>
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	F	90.043,19	90.043,19
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	P	172.267,82	172.267,82
<b>OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO</b>		<b>-4.574,29</b>	<b>-4.674,29</b>
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	F	-4.992,68	-5.092,68
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	F	418,39	418,39
FAMÍLIA PAGO			
<b>ESTOQUES</b>		<b>967,80</b>	<b>0,00</b>
<b>ALMOXARIFADO</b>		<b>967,80</b>	<b>0,00</b>
MATERIAL DE CONSUMO	P	967,80	0,00
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.625.379,69</b>	<b>2.350.424,61</b>
<b>IMOBILIZADO</b>		<b>2.625.379,69</b>	<b>2.350.424,61</b>
<b>BENS MÓVEIS</b>		<b>1.298.995,46</b>	<b>1.024.040,38</b>
BENS DE INFORMÁTICA	P	384.409,76	301.589,44
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	292.443,93	288.173,94
VEÍCULOS	P	171.470,00	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	364.164,40	364.164,40
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	30.125,37	13.730,60
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	56.382,00	56.382,00
<b>BENS IMÓVEIS</b>		<b>1.326.384,23</b>	<b>1.326.384,23</b>
INSTALAÇÕES	P	27.122,00	27.122,00
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	1.247.384,23	1.247.384,23
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	51.878,00	51.878,00
<b>TOTAL</b>		<b>2.884.414,01</b>	<b>2.608.820,98</b>

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.148.899,38</b>	<b>1.145.314,04</b>
<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO</b>		<b>1.148.899,38</b>	<b>1.145.314,04</b>
<b>VALORES RESTITUÍVEIS</b>		<b>1.148.899,38</b>	<b>1.145.314,04</b>
CONSIGNAÇÕES	F	1.119.100,87	1.115.515,53
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	F	18.403,46	18.403,46
CONSIGNAÇÕES	F	11.395,05	11.395,05
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>1.148.899,38</b>	<b>1.145.314,04</b>

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.735.514,63</b>	<b>1.463.506,94</b>
<b>RESULTADOS ACUMULADOS</b>		<b>1.735.514,63</b>	<b>1.463.506,94</b>
<b>SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS</b>		<b>1.735.514,63</b>	<b>1.463.506,94</b>
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	272.007,69	413.475,39
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	1.463.506,94	1.050.031,55
<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.735.514,63</b>	<b>1.463.506,94</b>
<b>TOTAL</b>		<b>2.884.414,01</b>	<b>2.608.820,98</b>

Fonte: Portal da Transparência da Câmara Municipal de Açailândia (2024)

Tabela 3: Balanço Patrimonial 2022

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>259.456,94</b>	<b>259.034,32</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>752,42</b>	<b>329,80</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL</b>		<b>752,42</b>	<b>329,80</b>
CONTA ÚNICA	F	0,00	329,80
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F	752,42	0,00
<b>DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO</b>		<b>257.736,72</b>	<b>257.736,72</b>
<b>ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS</b>		<b>262.311,01</b>	<b>262.311,01</b>
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	F	90.043,19	90.043,19
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	P	172.267,82	172.267,82
<b>OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO</b>		<b>-4.574,29</b>	<b>-4.574,29</b>
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	F	-4.992,68	-4.992,68
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO	F	418,39	418,39
FAMÍLIA PAGO			
<b>ESTOQUES</b>		<b>967,80</b>	<b>967,80</b>
<b>ALMOXARIFADO</b>		<b>967,80</b>	<b>967,80</b>
MATERIAL DE CONSUMO	P	967,80	967,80
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>3.110.773,36</b>	<b>2.625.379,69</b>
<b>IMOBILIZADO</b>		<b>3.110.773,36</b>	<b>2.625.379,69</b>
<b>BENS MOVEIS</b>		<b>1.333.207,95</b>	<b>1.298.995,46</b>
BENS DE INFORMÁTICA	P	401.722,25	384.409,76
VEÍCULOS	P	184.870,00	171.470,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	364.164,40	364.164,40
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	295.563,93	292.443,93
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	30.125,37	30.125,37
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	56.762,00	56.382,00
<b>BENS IMÓVEIS</b>		<b>1.777.565,41</b>	<b>1.326.384,23</b>
INSTALAÇÕES	P	27.122,00	27.122,00
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	1.456.753,45	1.247.384,23
BENS DE USO ESPECIAL	P	241.811,96	0,00
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	51.878,00	51.878,00
<b>TOTAL</b>		<b>3.370.230,30</b>	<b>2.884.414,01</b>
PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.103.189,26</b>	<b>1.148.899,38</b>
<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO</b>		<b>37.379,91</b>	<b>0,00</b>
<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ</b>		<b>37.379,91</b>	<b>0,00</b>
FORNECEDORES NACIONAIS	F	37.379,91	0,00
<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO</b>		<b>1.065.809,35</b>	<b>1.148.899,38</b>
<b>VALORES RESTITUÍVEIS</b>		<b>1.065.809,35</b>	<b>1.148.899,38</b>
CONSIGNAÇÕES	F	1.035.258,42	1.119.100,87
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	F	19.155,88	18.403,46
CONSIGNAÇÕES	F	11.395,05	11.395,05
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>1.103.189,26</b>	<b>1.148.899,38</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.267.041,04</b>	<b>1.735.514,63</b>
<b>RESULTADOS ACUMULADOS</b>		<b>2.267.041,04</b>	<b>1.735.514,63</b>
<b>SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS</b>		<b>2.267.041,04</b>	<b>1.735.514,63</b>
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P	531.526,41	272.007,69
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P	1.735.514,63	1.463.506,94
<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.267.041,04</b>	<b>1.735.514,63</b>
<b>TOTAL</b>		<b>3.370.230,30</b>	<b>2.884.414,01</b>

Fonte: Portal da Transparência da Câmara Municipal de Açailândia (2024)

Tabela 4: Balanço Patrimonial 2023

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO</b>			
<b><u>Ativo Circulante</u></b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	[1.1.1.x]	0,00	0,00
Créditos a Curto Prazo	[1.1.2.x + 1.1.3.x]	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	[1.1.4.x]	0,00	0,00
Estoques	[1.1.5.x]	0,00	0,00
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	[1.1.6.x]	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	[1.1.9.x]	0,00	0,00
<i>Total do Ativo Circulante</i>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b><u>Ativo Não Circulante</u></b>			
Realizável a Longo Prazo	[1.2.1.x]	0,00	0,00
Investimentos	[1.2.2.x]	0,00	0,00
Imobilizado	[1.2.3.x]	644.079,97	0,00
Intangível	[1.2.4.x]	0,00	0,00
Diferido	[1.2.5.x]	0,00	0,00
<i>Total do Ativo Não Circulante</i>		<b>644.079,97</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>644.079,97</b>	<b>0,00</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b><u>Passivo Circulante</u></b>			
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	[2.1.1.x]	0,00	2.880.000,00
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	[2.1.2.x]	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	[2.1.3.x]	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	[2.1.4.x]	0,00	0,00
Obrigações de Repartições a Outros Entes	[2.1.5.x]	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	[2.1.7.x]	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	[2.1.8.x]	0,00	0,00
<i>Total do Passivo Circulante</i>		<b>0,00</b>	<b>2.880.000,00</b>
<b><u>Passivo Não Circulante</u></b>			
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	[2.2.1.x]	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	[2.2.2.x]	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	[2.2.3.x]	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	[2.2.4.x]	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	[2.2.7.x]	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	[2.2.8.x]	0,00	0,00
Resultado Diferido	[2.2.9.x]	0,00	0,00
<i>Total do Passivo Não Circulante</i>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
FELIBERG MELO SOUSA PRESIDENTE DA CÂMARA		MARCIO GEORGE RAFAEL MENDES RESPONSÁVEL CONTÁBIL/CRC-11057 - MA	
© Fênix Softwares Públicos - www.fenix.com.br Registrado para: CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA[221]		Em conformidade com a IPC 04/2020 / PORTARIA Nº 438, DE 12 DE JULHO DE 2012	
		Page 1 Ver. 16.2a	

**Fonte:** Portal da Transparência da Câmara Municipal de Açailândia (2024)

**Quadro 1:** Cálculos dos índices

<b>Índices 2020</b>		
Liquidez Corrente	$258.396,37/1.145.314,04$	R\$ 0,2256
Liquidez Imediata	$759,65/1.145.314,04$	R\$ 0,0007
Liquidez Seca	$(258.396,37-0)/1.145.314,04$	R\$ 0,2256
Liquidez Geral	$(258.396,37+2.350.424,61)/(1.145.314,04+0)$	R\$ 2,2778
Solvência Geral	$2.608.820,98/(1.145.314,04+0)$	R\$ 2,2778
Endividamento Geral	$(1.145.314,04/2.608.820,98) \times 100$	43,90%
<b>Índices 2021</b>		
Liquidez Corrente	$259.034,32/1.148.899,38$	R\$ 0,2254
Liquidez Imediata	$329,80/1.148.899,38$	R\$ 0,0002
Liquidez Seca	$(259.034,32-967,80)/1.148.899,38$	R\$ 0,2246
Liquidez Geral	$2.884.414,01/1.148.899,38$	R\$ 2,5105
Solvência Geral	$2.884.414,01/1.148.899,38$	R\$ 2,5105
Endividamento Geral	$(1.148.899,38/2.884.414,01) \times 100$	39,83%
<b>Índices 2022</b>		
Liquidez Corrente	$259.456,94/1.103.189,26$	R\$ 0,2351
Liquidez Imediata	$752,42/1.103.189,26$	R\$ 0,0006
Liquidez Seca	$(259.456,94-967,80)/1.103.189,26$	R\$ 0,2343
Liquidez Geral	$3.370.230,30/1.103.189,26$	R\$ 3,0549
Solvência Geral	$3.370.230,30/1.103.189,26$	R\$ 3,0549
Endividamento Geral	$(1.103.189,26/3.370.230,30) \times 100$	32,73%
<b>Índices 2023</b>		
Liquidez Corrente	0/0	Indefinido
Liquidez Imediata	0/0	Indefinido
Liquidez Seca	0/0	Indefinido
Liquidez Geral	$(0+644.079,97)/0$	Indefinido
Solvência Geral	$644.079,97/0$	Indefinido
Endividamento Geral	$(0/644.079,97) \times 100$	0

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024)

Ao observarmos os resultados referentes aos índices de liquidez corrente, e ligando os resultados obtidos no Quadro 1 as informações explicitadas no presente artigo de que os índices devem ter os valores obtidos comparados ao valor de R\$ 1,00 (Um real) para saber quais os valores disponíveis para cumprir com cada real de dívida, é possível perceber que os valores se mantêm consistentemente baixos entre os anos de 2020 a 2022, indicando que os ativos circulantes estão bem aquém dos passivos circulantes, sugerindo uma fragilidade financeira quando observado o curto prazo. Essa situação pode ser preocupante, pois reflete uma dificuldade potencial para o cumprimento de obrigações no curto prazo, o que poderia comprometer o funcionamento da instituição.

Quando se tratando dos índices de liquidez imediata, os valores observados ao obter os resultados dos cálculos se mostram extremamente baixos, evidenciando a quando inexistência de recursos de alta liquidez, como caixa e equivalentes de caixa. Esses resultados sugerem que a Câmara Municipal de Açailândia operava com recursos imediatos quase inexistentes, o que aumenta a vulnerabilidade diante de necessidades emergenciais. Ao observar os índices de liquidez seca, e percebendo que os registros são inexistentes, é notado que os resultados se assimilam aos resultados de liquidez corrente, o que confirma uma situação de insuficiência financeira no curto prazo ao longo dos anos.

Ao se tratar dos índices de liquidez geral, é observada uma tendência positiva ao longo do período observado, aumentando de R\$ 2,27 em 2020 para R\$ 2,51 em 2021 e R\$ 3,05 em 2022. Esses resultados indicam que, quando se consideram todos os ativos e passivos, a Câmara Municipal conseguiu manter uma situação mais sustentável à longo prazo. Essa evolução pode sugerir uma gestão mais eficiente dos recursos disponíveis, muito embora a fragilidade no curto prazo permaneça como ponto negativo.

Quando observado a solvência geral, é perceptível que a mesma tendência positiva da liquidez geral se repete na solvência geral, já que não aparecem passivos não circulantes a serem somados com os circulantes. Esses índices indicam que a Câmara teve a capacidade de honrar as suas dívidas totais com os recursos totais disponíveis, sugerindo uma melhora constante na saúde financeira do órgão. Ao observar o índice de endividamento geral, percebe-se que o mesmo apresentou uma redução progressiva ao longo dos anos, onde se iniciou em 43,90% em 2020, para 39,83% em 2021 e 32,73% em 2022. Essa queda reflete uma diminuição da dependência do recurso de terceiros, o que sugere um aumento de autonomia financeira da Câmara Municipal.

Também é observado que o Balanço Patrimonial da Câmara Municipal de Açailândia no ano de 2023, não forneceu informações essenciais para uma análise através dos índices de

liquidez, tendo como única informação um Ativo Não Circulante Imobilizado. Essa ausência de informações que eram necessárias para uma análise do balanço patrimonial do referido ano é um alerta que reforça a importância da verificação dos registros para observar se os mesmos se encontram de maneira completa e consistente, pois uma falha na disponibilização de informações não apenas dificulta uma análise da situação financeira do órgão, como também enfraquece uma possível relação de confiança entre a sociedade e os gestores públicos.

Ao observar esses pontos, compreende-se a importância da transparência de informações financeiras para a sociedade, bem como da participação ativa da sociedade na fiscalização da gestão dos recursos públicos, pois quando os dados são informados de maneira clara, permite que os cidadãos compreendam a situação em que se encontra um órgão público o que oferece autonomia de avaliação para a população. Assim como dito por Ferreira (2020), que a transparência só se torna eficaz quando acompanhada de estratégias de comunicação que permitam que as informações venham a ser compreendidas por diferentes públicos que detenham diferentes tipos de conhecimento.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise dos balanços patrimoniais da Câmara Municipal de Açailândia com o auxílio de indicadores financeiros, permitiu avaliar de forma sistemática a gestão dos recursos públicos e a situação financeira do órgão. Observando os resultados, é possível observar a existência de desafios significativos quando se tratando do curto prazo, como fora indicado pelos baixos índices de liquidez corrente, imediata e seca, muito embora também seja possível destacar avanços relacionados ao longo prazo, evidenciados pelos indicadores de liquidez geral, solvência e endividamento.

As continuidades de baixos índices de liquidez no curto prazo entre 2020 e 2022 refletem a situação financeira fragilizada e aberta a emergências de curto prazo, o que exige uma melhoria na capacidade de resposta a demandas imediatas. Entretanto, os resultados obtidos e metrificados nos índices de longo prazo sugerem acerto por parte da gestão em estabilizar as finanças do órgão, pois é observada uma evolução positiva nos índices de liquidez e solvência, bem como a redução do percentual de endividamento geral.

Ao observar a ausência da maior parte dos dados do Balanço Patrimonial de 2023, é percebida a inviabilidade de uma avaliação do referido ano, pois a indisponibilidade dos dados de maneira completa compromete uma análise técnica feita através dos indicadores financeiros, bem como pode gerar especulações por parte da população do que poderia motivar a falta dessas informações.

Esse estudo permitiu observar que, embora existam desafios significativos, existem avanços na área de gestão financeira do setor público. Esses resultados são essenciais para auxiliar decisões mais assertivas por parte da gestão, bem como reforçar a população a importância da análise por meio de indicadores financeiros para um melhor entendimento e monitoramento da gestão pública.

Dessa maneira, esse artigo não contribui apenas para o entendimento da situação financeira da Câmara Municipal de Açailândia, mas também para propagar o conhecimento que auxilia na busca para a requisição de uma gestão mais transparente, eficiente e responsável. A utilização dos indicadores financeiros se revelou nesse estudo, como essencial para identificação de oportunidades e fraquezas, evidenciando a relevância de aprimorar uma prestação de contas como meio de fortalecer a confiança da população em uma gestão pública responsável.

## REFERÊNCIAS

AÇAILÂNDIA. Transparência. Disponível em: <<https://www.cmacailandia.ma.gov.br/portal-transparencia>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

ANJOS, Julliany Kelly Vieira dos. **Análise da solvência orçamentária do estado do Rio Grande do Norte nos anos de 2015 a 2019**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

CRUZ, Pedro Lucas; ÁVILA, Lucas Veiga. **Uso de Indicadores Financeiros e Não Financeiros para Gerenciamento nas Organizações: quando devem ser considerados KPI ou KRI**. *Revista GESTO: Revista de Gestão Estratégica de Organizações*, v. 9, n. 2, p. 88-100, 2021.

DA SILVA SANTANA, Monique et al. **Endividamento público em municípios do Estado de Minas Gerais: Uma análise de dados em painel**. *Revista Universo Contábil*, v. 15, n. 2, p. 24-43, 2019.

DA SILVA, Mauricio Corrêa; DE OLIVEIRA, Edmilson Jovino. **Balanco patrimonial (2022/2021) do Governo Federal: análises com suporte da teoria da divulgação**. *Revista de Gestão e Secretariado*, v. 14, n. 10, p. 17103-17124, 2023.

DE MORAES, Renato Alencar. **A gestão patrimonial na administração pública: um estudo de caso no CIEP 293–Walmir De Freitas Monteiro**. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 7, n. 9, p. 558-574, 2021.

FERNANDES, Cassio Aparecido Borges; CARÍSSIMO, Cláudio Roberto. **Endividamento público: um estudo sobre as dívidas públicas dos municípios da microrregião de Varginha dos anos de 2015 e 2016**. *Economia & Região*, v. 10, n. 3, p. 68-84, 2022.

FERREIRA, Celma Duque et al. **Transparência da prestação de contas dos gastos públicos nos governos municipais: um estudo de caso no Estado de Goiás**. *REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036*, v. 12, n. 2, p. 157-178, 2020.

IPSEMA. **Conheça Açailândia**. Disponível em: <http://https://abrir.link/fxbhT>. Acesso em: 20 de jul de 2024

LASCOSKI, Adriana R. et al. **CONTABILIDADE PÚBLICA E RECEITA PÚBLICA-A CONTABILIDADE APLICADA ÀS ENTIDADES PÚBLICAS**, 2023.

LEÃO, Airton Pereira da Silva. **GESTÃO FINANCEIRA NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICAS NA GESTÃO MUNICIPAL**. *Anais do IV SIMSAD*. Açailândia, 4, 4, p. 34-51, agosto, 2021.

LIMA, Andreza et al. **Análise Econômico-Financeira do Município de Palmares: Um Estudo do Balanço Patrimonial antes e durante a Pandemia da COVID-19**. *Revista Controladoria e Gestão*, v. 5, n. 1, p. 1032-1051, 2024.

LIPARINI, Sabrina Alessandra; BALDISSERA, Juliano Francisco. **Tecnologia da Informação e Contabilidade Pública: uma análise bibliométrica.** *RIC*, v. 13, n. 1, p. 24, 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

Sales Junior, Eudasio Facundo. **ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA: Análise dos relatórios financeiros e índices de desempenho de uma empresa de construção civil de Imperatriz - MA.** 2022. 85 pág. Monografia – Curso de Administração – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, Açailândia, 2022.

SANTOS, Geovane Camilo; ANDRADE, Sandro Ângelo. **Análise por meio de Indicadores Patrimoniais, Financeiros e Orçamentários da Prefeitura de Patos de Minas.** *RAGC*, v. 1, n. 2, 2013.

SILVA, Cleberson Paulino Oliveira da et al. **Dinâmica, solvência e a sustentabilidade fiscal da dívida pública: Caminhos para uma dívida pública sustentável.** 2021.

SILVA, Maria Fernanda; OLIVEIRA, João Carlos. **Demonstrações contábeis públicas: O que analisar?** *Revista de Gestão e Secretariado*, v. 2, pág. 45-60, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/3605>. Acesso em: 3 jan. 2025.

SOARES, Marilene Feitosa. **O princípio da eficiência em contabilidade pública: A alocação de recursos públicos para a geração de educação e saúde nos estados brasileiros.** 2019. Tese de Doutorado. Universidade do Minho (Portugal).